

Da Amazônia à dívida externa: o 'lobby' em ação

"O papel do oxigênio na negociação da dívida externa brasileira" pode parecer um tema estranho para qualquer pessoa, menos para o advogado americano Richard Copaken, uma das maiores autoridades mundiais em um assunto que ele considera fundamental na construção de qualquer democracia, mas ainda muito controverso no Brasil: o **lobby**. Copaken está no Brasil para participar de um seminário sobre o tema, no próximo dia 15, e considera que o fato de a Amazônia ser a maior reserva de oxigênio do mundo poderia ser usado para transformar a solução da dívida externa brasileira em uma reivindicação mundial:

— Isto significaria transformar uma questão econômico-financeira, discutida exclusivamente com bancos, em uma questão de sobrevivência para a humanidade — diz Copaken, avaliando que "criatividade" é uma palavra que deve significar "mudança de lógica".

Evitando referir-se diretamente à última proposta apresentada pelo Brasil aos credores internacionais, ele afirmou, perguntado sobre o assunto, que dificilmente é possível falar em proposta criativa quando não existe rompimento da lógica predominante.

Copaken faz questão de acentuar que está apenas dando um exemplo do leque de possibilidades que existem para solucionar qualquer problema. Afinal, ele é o primeiro a dizer que a base de qualquer **lobby** é um conhecimento profundo do tema do qual está se tratando e a dívida externa brasileira não está incluída no rol dos assuntos que ele considera dominar o suficiente para dar opiniões conclusivas.

Mas, falando genericamente, Copaken acredita que o Brasil deveria fazer um **lobby** mais agressivo na questão da dívida, assumindo uma posição de liderança entre os países devedores e buscar soluções alternativas.

Quando o assunto é criatividade, Copaken tem muitas histórias para contar, e algumas delas serão abordadas no seminário. Uma das que mais gosta é do **lobby** feito por ele em Washington, para o Governo de Porto Rico, do qual é assessor. Em 1984, o Tesouro dos Estados Unidos estava estudando uma ampla reforma fiscal e um dos principais pontos era o fim da seção 936, que concedia incentivos fiscais a empresas industriais americanas que se instalassem em Porto Rico.

Do ponto-de-vista do Tesouro, este era um problema meramente fiscal, uma vez que a isenção de impostos federais a essas empresas significava menos US\$ 2 bilhões (CZ\$ 100 bilhões) por ano para os cofres americanos. Para as empresas beneficiadas — concentradas nas áreas farmacêutica e informática — havia um interesse evidente em manter a situação, mas não era possível usar este argumento.

Para o Governo de Porto Rico, a presença da indústria americana significava centenas de milhares de empregos e mais 10% de seu lucro, depositado no Banco de Desenvolvimento de Porto Rico. Mas estes argumentos não eram suficientes.

A alternativa foi usar a criatividade: escorado na preocupação do Governo Reagan com a situação política na América Latina e no Caribe, Copaken iniciou uma articulação com diversos setores dos Estados Unidos, incluindo a própria Casa Branca, colocando a estabilidade econômica de Porto Rico como uma questão de segurança nacional para os EUA.

Paralelamente, sugeriu ao Governo de Porto Rico a criação de um fundo de desenvolvimento do Caribe, formado com o dinheiro recolhido ao Banco de Desenvolvimento do país e destinado às empresas que investissem em Porto Rico e nos demais países do Caribe.

— O Governo de Porto Rico acabou desempenhando o papel de ajudar o Presidente Reagan a atingir seus objetivos de segurança no Caribe — lembra Copaken, bem-humorado.